

# Moradores contra a emancipação

SANDRA FARIA - 08/02/99

*A retomada da discussão sobre a emancipação de Guriri enfrenta resistência dos próprios habitantes*

**S**ÃO MATEUS – A retomada da discussão sobre a emancipação do balneário do Guriri do município de São Mateus, que está sendo levada à frente pelo deputado Mateus Vasconcelos (PFL), esbarra na resistência de muitos moradores e do prefeito Rui Baromeu (PMDB).

Segundo o morador Aivaldo dos Santos Bezerra, que está em Guriri há sete anos, o balneário não foi abandonado pela administração municipal, não havendo portanto razão para a emancipação.

Ele acredita que se houver a emancipação, não haverá recurso suficiente e a ilha poderá “parar no tempo”.

Aivaldo ressaltou ainda que a principal fonte de receita de Guriri é o turismo, que se sustenta basicamente no verão. Em sua opinião, sendo município, Guriri não teria como investir em melhorias e perderia para outros balneários.

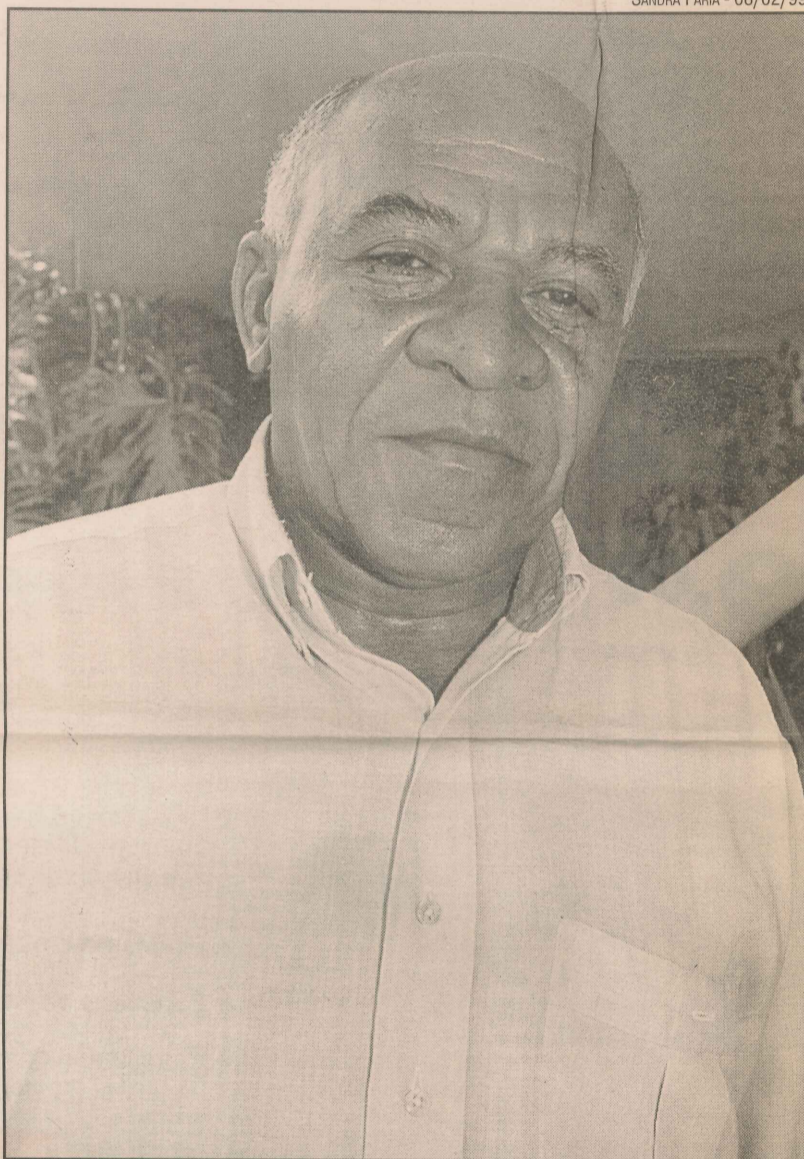
O corretor de imóveis Adimar Benettão também se diz contra a emancipação de Guriri, pois isso poderia atrapalhar o desenvolvimento.

Ele acredita que Guriri é bem representado no município, pois conta com vereadores, associação de moradores e o próprio prefeito Rui Baromeu, que reside no balneário.

Benettão acredita que se for emancipado, Guriri será um município só de verão. Numa consulta aos comerciantes da região, 80% se disseram contra a emancipação.

A volta das discussões sobre a emancipação de Guriri está encontrando resistências fortes: de um lado, o projeto da deputada Fátima Couzi, que impõe dificuldades na emancipação de povoados e que está prestes a ser votado pela Assembleia Legislativa.

De outro, o projeto de lei que o governador irá enviar ao Legislativo, propondo a fusão de municípios.



O deputado Aloizio Santos discursou na Câmara sobre a cassação

## Reportagem de A Tribuna é destaque no Congresso

A matéria de **A Tribuna** sobre a cassação do governador José Ignácio Ferreira (PSDB) – quando ele era deputado estadual há 30 anos – vai integrar os Anais do Congresso Nacional.

A perda dos direitos políticos de Ignácio foi tema do pronunciamento do deputado federal Aloizio Santos (PSDB) feito na última sexta-feira e agora a publicação do jornal servirá como arquivo da Câmara Federal.

O deputado contou que a matéria, assinada pela jornalista Mônica Azevedo e publicada no dia 14 de março, percorreu gabinetes de deputados e ministros e causou surpresa e emoção pelos fatos descritos.

Aloizio Santos mesmo afirmou ter considerado de extrema importância o relato sobre a perseguição que sofreu o atual governador do Estado.

Durante o pronunciamento,

Aloizio remeteu-se à publicação do jornal e narrou o sofrimento de José Ignácio ao ter seus direitos políticos cassados por 10 anos, como consequência do Ato Institucional 5 (AI-5).

“Este homem, que poderia há muito tempo ter chegado ao governo do Estado e muito ter ajudado, só agora, 30 anos depois, chega ao poder. Para tanto, José Ignácio teve que percorrer um longo caminho de penúria. Mas José Ignácio, ao lado de sua mulher, Maria Helena, sua família e amigos leais soube dar a volta por cima e, após encerrado o tempo de cassação, conseguiu galgar por seus méritos vários postos desta República”, discursou o deputado.

Aloizio Santos, ao final, pediu à Mesa Diretora que transcrevesse aos Anais do Congresso a matéria publicada em **A Tribuna**.